



**CONSAD**

Conselho Nacional de Secretários de Administração

Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa dos Estados Brasileiros – PNAGE  
Elementos da Carta Consulta

## SUMÁRIO

1	INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO	2
1.1	Título do Projeto	2
1.2	Custo Total do Projeto e Fontes de Recursos	2
1.3	Indicação da Moeda de Financiamento	2
1.4	Apresentação do Projeto	4
1.5	Informações sobre Impactos Ambientais	6
2	INFORMAÇÕES SOBRE O MUTUÁRIO, EXECUTOR E CO-EXECUTOR	7



## **1 INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO**

### **1.1 TÍTULO DO PROJETO**

**Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento do Distrito Federal e dos Estados Brasileiros – PNAGE**

### **1.2 CUSTO TOTAL DO PROJETO E FONTES DE RECURSOS**

- Valor Total – 308,000.00 (US\$ mil)
  
- Fontes de Recursos
  - ✓ Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID
  - ✓ Estados Brasileiros



### 1.3 INDICAÇÃO DA MOEDA DE FINANCIAMENTO

- Dólar Americano

#### DISTRIBUIÇÃO DOS VALORES POR ESTADO

<b>ESTADOS</b>	<b>POPULAÇÃO</b>	<b>VALORES ESTIMADOS (US\$)</b>
Acre	557.337	1.012.476,70
Alagoas	2.817.903	5.119.095,09
Amazonas	2.840.889	5.160.852,21
Amapá	475.843	864.432,02
Bahia	13.066.764	23.737.512,37
Ceará	7.417.402	13.474.695,94
Distrito Federal	2.043.169	3.711.687,88
Espírito Santo	3.093.171	5.619.155,97
Goiás	4.994.897	9.073.893,84
Maranhão	5.638.381	10.242.868,00
Minas Gerais	17.835.488	32.400.532,91
Mato Grosso	2.498.150	4.538.221,30
Mato Grosso do Sul	2.075.275	3.770.012,69
Pará	6.188.685	11.242.568,31
Paraíba	3.436.718	6.243.254,73
Paraná	9.558.126	17.363.605,42
Pernambuco	7.910.992	14.371.367,73
Piauí	2.840.969	5.160.997,54
Rio de Janeiro	14.367.225	26.099.972,51
Rio Grande do Norte	2.770.730	5.033.399,07
Rio Grande do Sul	10.179.801	18.492.960,63
Rondônia	1.377.792	2.502.942,18
Roraima	324.152	588.865,17
Santa Catarina	5.333.284	9.688.618,78
São Paulo	36.966.527	67.154.606,28
Sergipe	1.779.522	3.232.738,08
Tocantins	1.155.251	2.098.666,89
Total Global	169.544.443	308.000.000,00



## **1.4 APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA**

### **▪ Descrição da Situação Problema**

Ao longo de vários anos se tem diagnosticado a necessidade de mudanças na organização do Estado. O modelo instituído aponta para o seu esgotamento, por suas características altamente burocráticas, onde prevalecem normas e controles que tornam os procedimentos demorados, ineficientes e com alto custo.

A Administração Pública burocrática buscou maximizar os controles administrativos, em forma de premissa básica, visando ao combate da corrupção e do nepotismo patrimonialista.

Tal desconfiança, tanto nos administradores públicos como nos cidadãos que demandavam, resultou em controles rígidos dos processos atribuindo ao funcionário público, como missão, o exercício do controle. Os servidores desviaram-se da sua principal tarefa – estar a serviço dos cidadãos – pois o Estado encontrava-se voltado para si mesmo.

A Administração Pública clássica desenvolveu-se no contexto de um Estado, cujos serviços prestados eram mínimos. Atinha-se à manutenção da ordem, à garantia dos contratos e da propriedade e à administração de justiça.

Desse modo, merece destaque a desatualização dos sistemas estaduais de planejamento, orçamento e gestão que não acompanharam a modernização ocorrida nas áreas tributária e financeira dos estados decorrentes da implantação do PNAFE.

Inexistência de um programa de financiamento e apoio técnico para os estados que vise à modernização administrativa, à capacitação de técnicos e a dirigentes voltado para os princípios da administração gerencial, com enfoque na integração de planejamento, orçamento e gestão, e a implantação das inovações previstas na EC 19/98.

Desarticulação entre a elaboração, execução, acompanhamento e avaliação dos programas, projetos e ações nas três esferas governamentais – federal, estadual e municipal.

Ineficiência dos mecanismos de gerenciamento, de avaliação e controle dos resultados dos planos governamentais, gerando desperdícios.

Deficiência dos sistemas informatizados de elaboração, gerenciamento e avaliação dos planos plurianuais e dos orçamentos.

Processo de regionalização do planejamento ocorre de maneira desarticulada, com experiências isoladas dos Estados.



A insuficiência no aporte de recursos orçamentários destinados a estes fins, e compatíveis com as suas necessidades cada vez mais emergentes, porém, vem impedindo a efetiva consolidação desta Política.

▪ **Objetivo do Projeto**

Modernizar a Administração Pública do Distrito Federal e dos Estados Brasileiros, mediante a integração das funções planejamento, orçamento e gestão, visando à melhoria da prestação de serviços para atender às demandas da sociedade.

▪ **Ações Previstas para a Implantação da Proposta**

✓ **Reestruturação Organizacional**

Implantar novos modelos organizacionais que permitam aos estados e ao Distrito Federal a execução de políticas e ações integradas de Governo que garantam efetividade, transparência e modernização das suas instituições a fim de atender às demandas da Sociedade e do cidadão.

✓ **Políticas e Gestão de Recursos Humanos**

Definir políticas de Gestão de Pessoas de forma a possibilitar a melhoria da qualidade do serviço público prestado à sociedade, assegurando o desenvolvimento, formação, redimensionamento e capacitação da força de trabalho, estabelecendo regimes de contratação, formas de remuneração e de avaliação de desempenho, organização de carreiras, tendo em vistas a necessidade de atender a nova configuração da Administração Pública Gerencial com ênfase nos resultados vinculados a metas institucionais e avaliação dos serviços pelo cidadão.

Melhorar a Legislação, os cadastros e os processos de Gestão de Pessoas, estabelecendo mecanismos de controle e monitoramento que possibilitem informações gerenciais e racionalização de recursos para pagamento de benefícios previdenciários e adequar o Estado aos Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

✓ **Programa de Modernização do Sistema de Planejamento**

Dotar o sistema de planejamento, orçamento e gestão de novo modelo organizacional, proporcionando condições e formas de atuação integrada em consonância com as tendências político-institucionais e de gestão pública – nos níveis: federal, estadual, municipal – e modernizar os processos de planejamento governamental, desde a formulação de políticas públicas até o orçamento programa e sua execução, garantindo melhor gerenciamento dos planos de governo, maior participação da sociedade, transparência e fidedignidade das informações, acompanhamento e avaliação continuados, e, ainda, a sua integração com outros processos com os quais mantém interfaces nas áreas de administração e finanças, bem como assegurar a inserção e manutenção do planejamento na cultura gerencial do estado.



✓ **Tecnologias da Gestão**

Desenvolver, implementar e difundir modelos empreendedores de gestão englobando princípios de qualidade total, participação e controle social, desburocratização, planejamento estratégico e gestão por resultado e gestão do conhecimento, que possa contribuir para que a administração pública responda de maneira mais adequada às demandas da sociedade, visando a melhoria da prestação de serviços ao cidadão.

✓ **Tecnologia da Informação e Comunicação**

Prover o Estado de infra-estrutura das tecnologias da informação e comunicação voltadas para a modernização do planejamento e da gestão pública, através da capacitação dos servidores, da inclusão digital e da modernização das arquiteturas de hardware, softwares e redes, com foco na integração de sistemas e banco de dados, visando os programas de governança eletrônica tendo como foco a qualidade, a agilidade, a transparência e a economicidade dos serviços prestados aos cidadãos.

✓ **Modelos de Gestão Descentralizada nos Setores de Saúde, Educação e Segurança Pública**

Elaborar e propor novos modelos de organização e de gestão dos setores de saúde, educação e segurança pública, a partir da compatibilização entre a política dos respectivos setores, as normas e os princípios da gestão pública gerencial, em consonância com a CF 88 e as estratégias de municipalização, publicização e demais formas de descentralização, contribuindo para a melhoria da qualidade da prestação de serviços aos cidadãos.

▪ **Localização do Projeto**

✓ **Estados Brasileiros**

▪ **Beneficiários**

- ✓ Servidores Públicos
- ✓ Cidadão Brasileiro

▪ **Etapas já Realizadas**

- ✓ Nenhuma

▪ **Operacionalização do Investimento**

- ✓ ano 2003 / 2006



## **1.5 Impacto Ambiental**

- Nenhum



## **2 INFORMAÇÕES SOBRE O MUTUÁRIO, EXECUTOR E CO-EXECUTOR**

- **Agente Financeiro** – Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID
- **Mutuário** – Caixa Econômica Federal – CEF
- **Submutuários** – Estados da Federação, por intermédio da assinatura de subempréstimos com a CEF
- **Garantia** – União ao BID
- **Garantia** – União à CEF (Concessão da garantia da União aos Estados e Distrito Federal nas operações de crédito interno)
- **Executor** – Estados submutuários
- **Co-Executor** – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e CEF
- **Unidade de Gerenciamento Central do Programa (UGC)** – a ser constituída na Secretaria Executiva do MP
- **Unidade de Gerenciamento Local (UGL)** – a ser constituída em cada Estado mutuário
- **Comitê do Programa** – a ser constituído e coordenado pela Secretaria Executiva com o objetivo de analisar e aprovar as cartas-consulta dos Estados
- **Cartas-Consulta** – as cartas-consulta deverão ser preparadas pelos Estados com o apoio da CEF, de acordo com o Manual Operativo do Programa.
- **Manual Operativo do Programa** – a ser elaborado pela UCG, CEF e BID
- **CONSAD e Fórum de Secretários de Planejamento** – prestarão apoio na execução do projeto, sobretudo no que tange às questões fora da alçada do Comitê do Programa.